

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	52
--	----

Motivos de Reapresentação	53
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.847.595
Preferenciais	0
Total	22.357.847.595
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	924.569	910.328
1.01	Ativo Circulante	55.545	70.638
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.561	47.951
1.01.03	Contas a Receber	10.594	14.118
1.01.03.01	Clientes	10.594	14.118
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.453	3.834
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.453	3.834
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.265	4.273
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	672	462
1.01.08.03	Outros	672	462
1.02	Ativo Não Circulante	869.024	839.690
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.084	18.761
1.02.01.03	Contas a Receber	3.716	3.716
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.716	3.716
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.452	14.094
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.452	14.094
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	916	951
1.02.03	Imobilizado	8.954	9.142
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.954	9.142
1.02.04	Intangível	838.986	811.787
1.02.04.01	Intangíveis	838.986	811.787
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	509.612	512.341
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	328.889	298.918
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	485	528

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	924.569	910.328
2.01	Passivo Circulante	672.544	658.340
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.481	3.586
2.01.01.01	Obrigações Sociais	497	475
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.984	3.111
2.01.02	Fornecedores	27.845	20.241
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.845	20.241
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.519	2.922
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.313	1.640
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.313	1.640
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.206	1.282
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	604.937	603.605
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	604.937	603.605
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	604.937	603.605
2.01.05	Outras Obrigações	30.941	24.328
2.01.05.02	Outros	30.941	24.328
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	456	578
2.01.05.02.05	Outros Passivos	234	296
2.01.05.02.06	Instrumento Financeiro Derivativo	30.251	23.454
2.01.06	Provisões	3.821	3.658
2.01.06.02	Outras Provisões	3.821	3.658
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.821	3.658
2.02	Passivo Não Circulante	68.664	63.806
2.02.02	Outras Obrigações	45.205	44.540
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	42.337	41.615
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	42.337	41.615
2.02.02.02	Outros	2.868	2.925
2.02.02.02.03	Outros Passivos	2.868	2.925
2.02.04	Provisões	23.459	19.266
2.02.04.02	Outras Provisões	23.459	19.266
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	1.678	1.686
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	4.421	4.420
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	17.360	13.160
2.03	Patrimônio Líquido	183.361	188.182
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-24.359	-24.024
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-15.858	-11.372

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	70.689	65.656
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.302	-45.605
3.03	Resultado Bruto	19.387	20.051
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.433	-3.357
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.430	-3.358
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-6.430	-3.358
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.954	16.694
3.06	Resultado Financeiro	-13.336	-21.043
3.06.01	Receitas Financeiras	3.767	668
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.103	-21.711
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-382	-4.349
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	47	1.310
3.08.01	Corrente	47	1.310
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-335	-3.039
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-335	-3.039
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00002	-0,00014

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-335	-3.039
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.486	0
4.02.01	Perda sobre hedge de fluxo de caixa	-6.797	0
4.02.02	Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	2.311	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-4.821	-3.039

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	35.804	25.087
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.219	22.343
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-335	-3.039
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-47	-1.310
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	4.264	3.622
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	209	710
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	16.035	19.676
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	722	989
6.01.01.08	Provisão para Manutenção em Rodovias	4.200	1.695
6.01.01.09	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	171	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.585	2.744
6.01.02.01	Contas a Receber	3.524	1.343
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	2.043	277
6.01.02.03	Outros Ativos	-210	-809
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	7.604	3.716
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-122	-122
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-403	-875
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-1.105	-210
6.01.02.08	Provisão para Demandas Judiciais - Pagamentos	-8	-260
6.01.02.09	Outros Passivos	-119	-87
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-619	-229
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.691	-30.261
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-91	-1.199
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-30.555	-13.422
6.02.03	Provisão para Investimento em Rodovias - Pagamentos	-45	-15.640
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.503	0
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-15.503	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.390	-5.174
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.951	27.347
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.561	22.173

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-335	-4.486	-4.821
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-335	-4.486	-4.821
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.797	-6.797
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.311	2.311
5.05.02.06	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-335	0	-335
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-24.359	-15.858	183.361

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.039	0	-3.039
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.039	0	-3.039
5.05.02.06	Prejuízos do Exercício	0	0	0	-3.039	0	-3.039
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-19.209	0	204.369

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	74.509	69.101
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	43.398	39.999
7.01.02	Outras Receitas	31.111	29.102
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	30.428	29.025
7.01.02.02	Receitas Acessórias	683	77
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48.610	-40.153
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.861	-9.927
7.02.04	Outros	-31.749	-30.226
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-30.428	-29.025
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-1.321	-1.201
7.03	Valor Adicionado Bruto	25.899	28.948
7.04	Retenções	-4.264	-3.622
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.264	-3.622
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.635	25.326
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.767	668
7.06.02	Receitas Financeiras	3.767	668
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.402	25.994
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.402	25.994
7.08.01	Pessoal	4.657	4.971
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.524	3.694
7.08.01.02	Benefícios	1.133	1.277
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.786	2.279
7.08.02.01	Federais	1.608	299
7.08.02.03	Municipais	2.178	1.980
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.294	21.783
7.08.03.01	Juros	16.757	20.665
7.08.03.02	Aluguéis	537	1.118
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-335	-3.039
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-335	-3.039



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Concessionária Rodovias do Tietê – 2013

As informações não financeiras incluídas no Relatório de Desempenho, assim como os percentuais derivados, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517 milhões a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3 bilhão na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

Desempenho Econômico Financeiro

Receitas

A Concessionária obteve, no primeiro trimestre de 2013, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 43.398 mil (R\$ 39.999 mil no primeiro trimestre de 2012) e registrou R\$ 683 mil (R\$ 77 mil no primeiro trimestre de 2012) a título de



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%), totalizando, no primeiro trimestre de 2013, R\$ 3.820 mil (R\$ 3.445 mil no primeiro trimestre de 2012).

Além disso, atendendo à Norma de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no primeiro trimestre de 2013, R\$ 30.428 mil de receita de serviços de construção (R\$ 29.025 mil no primeiro trimestre de 2012), com contrapartida nos ativos intangíveis e provisão para investimento em rodovias. A Administração da Companhia considera que não há margem nos serviços construção. As receitas de construção variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para liquidar os compromissos assumidos pela concessão.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custo referente à outorga variável de 3% sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

Segue abaixo breve resumo das receitas e das despesas operacionais

Em R\$ Mil	31.03.2013	31.03.2012
Receita Bruta	74.509	69.101
Receitas de Pedágio	43.398	39.999
Receita de Construção	30.428	29.025
Outras Receitas	683	77
(-) Deduções de Receita	(3.820)	(3.345)
Receita Líquida	70.689	65.656
(-) Custos e Despesas Operacionais	(27.304)	(19.938)
(-) Custos de Construção	(30.428)	(29.025)



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em março de 2013 refere-se às despesas financeiras, compostas principalmente pelos juros sobre as notas promissórias, deduzido das receitas financeiras, compostas substancialmente por rendimentos sobre aplicações financeiras (Certificado de Depósito Bancário – CDB) e ganho realizado com operação de derivativo (Swap contratado junto ao Banco BTG Pactual).

Empréstimos e Financiamentos

Em 13 de agosto de 2012 foi contratada junto do banco BTG Pactual a emissão da 4ª série de notas promissórias no valor de R\$ 600 milhões e vencimento em 13 de agosto de 2013 para liquidação da terceira série, durante as negociações para emissão de debêntures e linha de financiamento de longo prazo do BNDES. A estimativa da administração é a obtenção destes recursos de longo prazo no segundo trimestre de 2013.

Investimentos e Ativo Intangível

Os investimentos realizados nos quatro primeiros anos de Concessão representaram R\$ 312.555 mil e foram destinados para a ampliação, conservação e manutenção das rodovias, compras de equipamentos, construção de instalações e implantação de elementos de segurança e de sinalização.

Após a adoção do ICPC 01, todo investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a ampliação ou manutenção da infraestrutura concedida, passou a ser classificado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pela curva anual de demanda de tráfego nos trinta anos de Concessão.

Gestão de Pessoas

O capital humano, relacionado ao conhecimento, à inovação e às habilidades individuais, é um ativo intangível dentro de uma companhia, não sendo, contudo, de sua propriedade.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Gerir pessoas envolve o exercício de métodos, técnicas, políticas e habilidades com o fim de potencializar o elemento humano, norteando os colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa.

Levando em consideração as mudanças que ocorrem no mercado de trabalho e no vínculo empresa/colaborador, as estratégias modernas de gestão devem ser claras, objetivas, criteriosas, amparadas por uma administração participativa e profissional, buscando cada vez mais o estreitamento entre todos os níveis de relacionamento: quadro funcional, clientes e fornecedores.

A missão da área de Recursos Humanos é atrair colaboradores potencialmente capazes e qualificados, desenvolvê-los e mantê-los através de investimentos contínuos e sólidos no elemento humano.

A Rodovias do Tietê encerrou o primeiro trimestre de 2013 e o ano de 2012 com 416 e 401 funcionários respectivamente, todos beneficiados com assistência médica, seguro de vida em grupo, vale alimentação/refeição, auxílio creche e participação nos resultados baseada em metas a serem atingidas durante o ano.

Atividades realizadas

No trimestre encerrado em 31 de março de 2013, o RH deu ênfase em processos para atrair candidatos, desenvolvê-los e capacitá-los, focando na sinergia das equipes em um ambiente de trabalho estimulante e produtivo.

Entre as atividades realizadas destacaram-se:

Desenvolvimento e Capacitação de Líderes

Houve a continuidade da fase II do Programa de Desenvolvimento de Líderes, extensivo a todos os níveis de liderança, com o seguinte escopo: liderança, comunicação e sessões de peer coaching, com a finalidade de reforçar e desenvolver competências comportamentais e de liderança, estabelecendo objetivos e desenvolvimento da equipe. O programa terá continuidade em 2013, onde novos módulos e aspectos relacionados ao tema serão abordados, com



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

ênfase na formação e capacitação de líderes para equipes de alto desempenho, visando aprimorar o individual e o coletivo.

Responsabilidade Social e Ambiental

Para conscientizar usuários e moradores lindeiros sobre regras e melhores condutas de respeito no trânsito, a Rodovias do Tietê inclui no Programa de Redução de Acidentes (PRA) a realização de campanhas educativas focadas na segurança viária.

Ao longo de 2012, foram realizadas 33 campanhas educativas, algumas em parceria com o Policiamento Rodoviário do Estado. Os principais temas apresentados foram: álcool e direção, travessia de pedestres – Programa Café na Passarela -, condução de motociclistas, uso do cinto de segurança, cadeirinha para transporte de menores, saúde e cidadania dos caminhoneiros – Programa Seleção da Estrada -, educação infantil - Programa Rodovia Mirim – e uso dos postos do Sistema de Atendimento aos Usuários (SAU). Aproximadamente 39 mil usuários participaram das campanhas, entre adultos e crianças, todos multiplicadores de uma nova consciência para um trânsito melhor e mais respeitoso.

A abordagem aos usuários foi feita por meio da entrega de folhetos e ações de relacionamento, como o Café na Passarela e a Rodovia Mirim.

No primeiro, os pedestres do trecho da concessionária têm, em datas específicas, um café da manhã servido nas passarelas. O objetivo é atrair o pedestre para o equipamento e, assim, criar um hábito seguro de travessia. No Rodovia Mirim, alunos do ensino fundamental de diversas escolas conhecem regras de trânsito, participando de um simulado como se estivessem em ruas e rodovias reais.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, informamos que durante o trimestre findo em 31 de março de 2013, a Companhia não contratou, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Considerações Finais

As informações financeiras intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira.

Conselho de Administração
Alexandre Tujisoki
José Renato Ricciardi
Wendel da Silva Caleffi
Rafael Negrão Rossi
Joana Guimarães Ricciardi
Tiago Caseiro

Diretoria Executiva
Sebastião Ricardo C. Martins
Paulo Jorge C. Fernandes

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, pago à ARTESP, foi de R\$517 milhões. Com as correções dos valores das parcelas pelo IPCA, conforme determinado pelo Contrato de Concessão, o valor total da outorga fixa passou a ser de R\$542 milhões, o qual foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP. A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”.

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, totalizando 417 km, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiá, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob-responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob-responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de março de 2013, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$1.000 milhões (R\$2.214 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 09 de fevereiro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários concedeu à Companhia o registro de companhia aberta. O objetivo desse registro é possibilitar a emissão de debêntures, de acordo com a Instrução CVM 400, conforme comentado abaixo.

Situação financeira

Tal como esperado nas projeções financeiras do modelo de negócio para os primeiros anos de atividade, a Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, tendo apurado prejuízo líquido de R\$335 no trimestre findo em 31 de março de 2013 e, em 31 de março de 2013 apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$616.999. Naquela data, o endividamento da Companhia estava composto, substancialmente, por notas promissórias com vencimento para 13 de agosto de 2013, no montante de R\$604.937 (vide nota explicativa nº 9), remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidas de 3,7% ao ano.

Conforme comentado anteriormente, a Companhia, em 2009, assumiu a operação do Corredor Marechal Rondon Leste, após ser a vencedora do processo licitatório ocorrido em 2008, sendo pago ao poder concedente o montante de R\$542 milhões a título de outorga fixa durante os 18 primeiros meses de operação.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

Para financiar este projeto, a Concessionária obteve junto a um sindicato bancário liderado pelo Banco do Brasil e Banco Espírito Santo um empréstimo-ponte no valor de R\$340 milhões, quitado em 21 de dezembro de 2010 com os recursos obtidos pela emissão da 1ª série de notas promissórias com vencimento para 21 de junho de 2011, prorrogadas para 17 de dezembro de 2011 (2ª série) e, novamente, para 13 de junho de 2012 (3ª série), para melhor estruturação do empréstimo de longo prazo pelo mesmo sindicato contratado para o empréstimo ponte.

A operação de longo prazo estruturada pelo sindicato previa a obtenção de parte dos recursos via debêntures e parte via BNDES, que prevê amortizações lineares e não otimizadas de acordo com a evolução do fluxo de caixa da Companhia, além de *cross default* com outras operações dos acionistas. Este cenário não atendia as necessidades da Concessionária, que optou por rescindir, em 2012, o contrato, arcando integralmente com as despesas contratuais estipuladas.

Na sequência, em 26 de março de 2012, a Companhia contratou o Banco Barclays para a estruturação de uma nova operação com recursos oriundos totalmente via emissão de debêntures e com o amparo da Lei nº 12.431, que prevê isenção de impostos para investidores nacionais e estrangeiros para investimentos de infraestrutura. Devido ao curto prazo para a emissão e distribuição dos papéis, a Companhia optou por seguir a instrução CVM 476, que prevê um máximo de 50 investidores para a oferta. No entanto, durante o período de *road show*, percebeu-se uma retração do mercado internacional devido à crise europeia e à volatilidade cambial dos últimos meses. Já os investidores nacionais, principalmente com políticas de crédito mais conservadoras, optaram por aguardar a estabilização do mercado financeiro, além de novas operações enquadradas na Lei nº 12.431, visto que era a primeira baseada na nova legislação, apesar das taxas atrativas dos papéis remunerados a IPCA+8,75%. Com este cenário, a Companhia decidiu que a melhor opção seria alongar sua dívida de curto prazo por 12 meses, para então emitir as debêntures nos mesmos moldes da oferta anterior, optando pela Instrução CVM 400, que possibilita uma gama maior de investidores, além do amadurecimento das operações enquadradas pela Lei nº 12.431. Para isso, a Companhia cancelou, em 1º de junho de 2012, a operação com o Banco Barclays e contratou o Banco BTG Pactual S.A., que adquiriu no mercado secundário as notas promissórias que venceram dia 13 de junho de 2012, prorrogando-as em 60 dias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia realizou a emissão da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 13 de agosto de 2013, garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão. Os recursos financeiros obtidos, líquidos de custos de captação de R\$7.494, foram utilizados na liquidação das notas promissórias da emissão anterior, no montante de R\$525.583 em 13 de agosto de 2012, e o restante, no valor de R\$66.923, está sendo destinado para o financiamento de obras, conforme cronograma previsto no Contrato de Concessão. Dessa forma, a Concessionária vem mantendo suas operações em conformidade com o contrato de concessão, até que a obtenção de recursos financeiros de longo prazo, através da emissão de debêntures, seja efetivamente realizada.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012 foram elaboradas de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de junho de 2013.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2 Práticas contábeis--Continuação

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2013.

A partir de 1º de janeiro de 2013, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos: IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes, IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda), IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011), IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1, IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7, IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas, IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 Mensuração do Valor Justo e IFRIC 20 Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície. A adoção destes pronunciamentos não teve impacto nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013.

Os pronunciamentos IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32 e IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 e 1º de janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias pela adoção destes pronunciamentos. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das normas internacionais.

2.3 Reapresentação das Informações Contábeis Intermediárias dos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

As informações contábeis intermediárias relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, originalmente concluídas em 19 de abril de 2013, estão sendo reapresentadas em atendimento ao Ofício/CVM/SER/SEP/Nº39/2013 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de 04 de junho de 2013, tendo em vista o processo de oferta pública de debêntures da Companhia. Tais ajustes foram efetuados conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3 Reapresentação das Informações Contábeis Intermediárias dos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012--Continuação

Foram requeridos e efetuados os seguintes ajustes:

- a) Divulgação na Nota 6 das melhores estimativas da Administração da realização dos créditos fiscais diferidos.
- b) Alteração das informações divulgadas na Nota 11 relativas à provisão para contingências, para demonstrar separadamente a provisão para cada classe de provisão (cível e trabalhista), bem como divulgação de breve descrição da natureza da obrigação;
- c) Divulgação na Nota 11 da taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão para investimento em rodovias e provisão para manutenção em rodovias;
- d) Alteração do prejuízo por ação divulgado na Nota 17, anteriormente demonstrado em lote de mil ações e reapresentado para demonstrar o prejuízo de cada ação; e
- e) Divulgação na Nota 19 dos métodos e premissas usadas na preparação da análise de sensibilidade, bem como a taxa do CDI e a fonte externa independente de onde foi extraída referida taxa, para elaboração do cenário provável.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Disponibilidades	663	1.132
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(i) 36.898	43.819
Debêntures – operações compromissadas	(ii) -	3.000
	<u>37.561</u>	<u>47.951</u>

- (i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).
- (ii) Referem-se à aplicação em títulos, com liquidez imediata e compromisso de recompra pela própria instituição financeira. Os títulos são remunerados com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Contas a receber

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico a receber (i)	8.762	8.199
Cartões de pedágio a receber (i)	677	760
Receitas acessórias (i)	1	4.446
Indenizações a receber do Poder Concedente (ii)	3.716	3.716
Valores em trânsito	1.154	713
	<u>14.310</u>	<u>17.834</u>
Não circulante	<u>(3.716)</u>	<u>(3.716)</u>
Circulante	<u>10.594</u>	<u>14.118</u>

- (i) A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.
- (ii) Refere-se a tarifas não recebidas durante a suspensão da cobrança das tarifas entre os dias 18 e 24 de novembro de 2009, da praça de pedágio situada no município de Conchas, e entre os dias 20 e 24 de novembro de 2009, das demais praças, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. Essa liminar foi cassada e a administração pleiteia o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio. A Administração não espera perdas sobre esses valores, uma vez que a Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias, e, dessa forma, o reequilíbrio econômico e financeiro é devido e previsto no Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.687	9.183
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	571	573
Provisão para participação nos lucros	163	657
Outras provisões	274	182
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Perda não realizada com operação de derivativo (iii)	10.285	7.974
Provisão para manutenção de rodovias	5.902	4.474
Provisão para investimentos em rodovias	2.802	2.747
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	3.035	3.051
	<u>33.719</u>	<u>28.841</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (i):		
Amortização – curva de tráfego (ii)	<u>(17.267)</u>	<u>(14.747)</u>
	<u>(17.267)</u>	<u>(14.747)</u>
Líquido	<u>16.452</u>	<u>14.094</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.
- (iii) Refere-se ao efeito tributário sobre o valor justo do derivativo (vide Nota 18).

Em 31 de março de 2013, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$31.433 (R\$27.009 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de março de 2013 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>31/03/2013</u>
2013	8.222
2014	3.021
2015	571
2016	-
2017	2.302
2018 em diante	19.603
	<u>33.719</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2013. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados em decorrência da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	<u>Trimestre findo em 31 de março de 2013</u>		
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.841	(14.747)	14.094
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do período	1.504	-	1.504
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	(2)	-	(2)
Provisão para participação nos lucros	(494)	-	(494)
Outras provisões	91	-	91
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Perda não realizada com operação de derivativo	2.311	-	2.311
Provisão para manutenção de rodovias	1.428	-	1.428
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	54	-	54
Reversão do ajuste a valor presente	17	-	17
Pagamento da provisão pela realização de obras	(15)	-	(15)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	(16)	-	(16)
Amortização – curva de tráfego	-	(2.520)	(2.520)
Saldo em 31 de março de 2013	<u>33.719</u>	<u>(17.267)</u>	<u>16.452</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos--Continuação

	Trimestre findo em 31 de março de 2012		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.787	(9.518)	7.269
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do período	2.164	-	2.164
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	(88)	-	(88)
Provisão para participação nos lucros	(179)	-	(179)
Outras provisões	(127)	-	(127)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	577	-	577
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	91	-	91
Reversão do ajuste a valor presente	150	-	150
Pagamento da provisão pela realização de obras	(5.316)	-	(5.316)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	5.316	-	5.316
Amortização – curva de tráfego	-	(1.278)	(1.278)
Saldo em 31 de março de 2012	<u>19.375</u>	<u>(10.796)</u>	<u>8.579</u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período:

	Trimestre findo em 31 de março de 2012	
	31/03/2013	31/03/2012
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(382)	(4.349)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	130	1.478
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(83)	(168)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do trimestre	<u>47</u>	<u>1.310</u>
Alíquota efetiva	<u>12%</u>	<u>30%</u>

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	683	(108)	575	610
Equipamentos de informática	20	2.416	(1.210)	1.206	1.231
Equipamentos de telefonia	20	197	(62)	135	145
Terrenos	-	84	-	84	84
Edifícios	3,8	6.166	(62)	6.104	6.175
Adiantamentos a fornecedores	-	203	-	203	203
Outros	10 a 20	928	(281)	647	694
		<u>10.677</u>	<u>(1.723)</u>	<u>8.954</u>	<u>9.142</u>

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, de propriedade, portanto, da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

8. Intangível

a) Composição

		31/03/2013			31/12/2012
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(32.632)	509.612	512.341
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	128.575	(6.333)	122.242	105.854
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	116.005	(4.022)	111.983	121.725
Serviços de construção - em andamento	(iii)	89.551	-	89.551	66.198
Outros	(iv)	5.522	(409)	5.113	5.141
Direito de uso de software		954	(469)	485	528
		882.851	(43.865)	838.986	811.787

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação**b) Movimentação**

	Trimestre findo em 31 de março de 2013				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Custo					
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	111.548	242	(17)	16.802	128.575
Serviços de construção - obras concluídas	125.173	-	(91)	(9.077)	116.005
Serviços de construção - em andamento	66.198	31.113	(35)	(7.725)	89.551
Outros	5.522	-	-	-	5.522
Direito de uso de software	954	-	-	-	954
	851.639	31.355	(143)	-	882.851
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(29.903)	(2.729)	-	-	(32.632)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(5.694)	(639)	-	-	(6.333)
Serviços de construção - obras concluídas	(3.448)	(574)	-	-	(4.022)
Outros	(381)	(28)	-	-	(409)
Direito de uso de software	(426)	(43)	-	-	(469)
	(39.852)	(4.013)	-	-	(43.865)
Líquido	811.787	27.342	(143)	-	838.986
	Trimestre findo em 31 de março de 2012				
	Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	96.036	-	-	-	96.036
Serviços de construção - obras concluídas	76.226	-	5.536	-	81.762
Serviços de construção - em andamento	37.007	13.385	(5.536)	-	44.856
Outros	7.155	-	-	-	7.155
Direito de uso de software	901	37	-	-	938
	759.569	13.422	-	-	772.991
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(19.794)	(2.552)	-	-	(22.346)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(3.874)	(500)	-	-	(4.374)
Serviços de construção - obras concluídas	(1.860)	(362)	-	-	(2.222)
Outros	(276)	(36)	-	-	(312)
Direito de uso de software	(255)	(42)	-	-	(297)
	(26.059)	(3.492)	-	-	(29.551)
Líquido	733.510	9.930	-	-	743.440

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No trimestre findo em 31 de março de 2013, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$800. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 31 de março de 2013, foi de 2,80%, que representa a taxa efetiva de juros das notas promissórias no exercício, liquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos. No trimestre findo em 31 de março de 2012, a Companhia não utilizou os empréstimos captados na construção das obras e, portanto, não capitalizou juros.

9. Notas promissórias

Referem-se a 4ª série de notas promissórias comerciais, emitidas em 13 de agosto de 2012, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento do principal em 13 de agosto de 2013 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os juros são pagos quadrimestralmente. Esses recursos foram substancialmente utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da terceira emissão. Os custos de captação totalizaram R\$7.494 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Essas notas promissórias estão garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão.

Conforme contrato assinado entre as partes, a emissão das notas promissórias da quarta emissão possui as seguintes principais cláusulas restritivas:

- (a) na hipótese de excussão das garantias objeto dos Contratos de Garantia, em observância às disposições do artigo 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 ("Lei de Concessões"), obter prévia aprovação da ARTESP na hipótese de transferência do controle acionário da Companhia, bem como respeitar o direito de co-segurado da ARTESP nas apólices de seguros exigidas no Contrato de Concessão;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias--Continuação

- (b) manter a relação de dívida sobre o capital social da Companhia em proporção inferior a 75/25 durante o prazo de vigência das notas promissórias comerciais, sendo que, caso solicitado pelo Agente de Notas, apresentar balancetes parciais para confirmação da mencionada relação de, no máximo, 75/25, sendo certo que a memória de cálculo com todas as contas abertas necessárias para a obtenção final desta relação deverá ser realizada pela Companhia e entregue tempestivamente ao Agente de Notas;
- (c) exceto pelos mútuos a pagar, pelo Acordo de Acionistas existente na data de celebração deste Contrato, não celebrar qualquer acordos que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, vincule ou possa criar qualquer ônus ou gravame ou limitação de disposição de ações emitidas pela Companhia; e,
- (d) não realizar, nem permitir que a Companhia realize, qualquer cisão, fusão ou incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária que implique na alteração do seu controle ou redução do seu capital social, sem aprovação prévia escrita e expressa dos titulares das notas promissórias comerciais.

Em 31 de março de 2013 e 31 dezembro de 2012, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas acima descritas.

Em 31 de março de 2013, a taxa efetiva de juros das notas promissórias era de 10,68% (9,95% em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de março de 2013, os custos de captação a amortizar contabilizados nas notas promissórias era de R\$2.706 (R\$4.620 em 31 de dezembro de 2012), amortizável no curto prazo, conforme o cronograma de vencimento atrelado às respectivas notas promissórias.

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Remuneração fixa (1)	(230)	(228)
Remuneração variável (2)	(489)	(107)
	<u>(719)</u>	<u>(335)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

a) Remuneração da administração--Continuação

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota explicativa nº 16.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 16.

b) Mútuos a pagar

	Mútuos a pagar		Despesas financeiras nos trimestres	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Cibe Investimentos e Participações S.A.	-	-	-	494
Atlantia Bertin Participações S.A.	21.168	20.807	361	-
Opway - Engenharia S.A.	-	-	-	395
Ascendi International Holding B.V.	21.169	20.808	361	-
Leão & Leão Ltda.	-	-	-	100
	42.337	41.615	722	989

Os contratos de mútuos foram originalmente celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas (vigente até a quitação das notas promissórias de terceira emissão, em 13 de agosto de 2012), celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores.

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

Em decorrência das mudanças na composição acionária da Companhia em 2011 e 2012, ocorreram transferências dos mútuos entre os acionistas, por meio de acordos de cessão de créditos, em proporção equivalente às alterações na participação no capital social da Companhia. Vide nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para demandas judiciais	1.678	1.686
Provisão para investimentos em rodovias	8.242	8.078
Provisão para manutenção em rodovias	17.360	13.160
	<u>27.280</u>	<u>22.924</u>
Parcela classificada no passivo circulante	<u>(3.821)</u>	<u>(3.658)</u>
Não circulante	<u>23.459</u>	<u>19.266</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 foi como segue:

	<u>Trimestre findo em 31 de março de 2013</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Utilização</u>	<u>Saldo final</u>
Trabalhistas	331	(8)	323
Cíveis	1.355	-	1.355
	<u>1.686</u>	<u>(8)</u>	<u>1.678</u>

	<u>Trimestre findo em 31 de março de 2012</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final</u>
Trabalhistas	246	-	246
Cíveis	1.234	(260)	974
	<u>1.480</u>	<u>(260)</u>	<u>1.220</u>

Os valores utilizados referem a pagamentos efetuados, baixados em contrapartida da provisão. Os valores não utilizados revertidos durante o período foram registrados em contrapartida de despesas gerais e administrativa, na demonstração do resultado.

As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de março de 2013, a Companhia possui o equivalente a R\$425 de causas trabalhistas e R\$6.686 de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão nos trimestres foi como segue:

	Trimestre findo em 31 de março de 2013				
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo Final
Provisão para investimentos	8.144	159	-	(45)	8.258
Ajuste a valor presente (AVP)	(66)	-	50	-	(16)
	8.078	159	50	(45)	8.242

	Trimestre findo em 31 de março de 2012				
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo final
Provisão para investimentos	28.861	266	-	(15.640)	13.487
Ajuste a valor presente (AVP)	(776)	-	444	-	(332)
	28.085	266	444	(15.640)	13.155

A mensuração do ajuste a valor presente para a provisão para investimentos foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, à taxa de desconto de 5,5% ao ano em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros, na data da assinatura do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	3.702	3.658
2014	4.540	4.420
	8.242	8.078

c) Provisão para manutenção em rodovias

É constituída com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do exercício. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	<u>Trimestre findo em 31 de março de 2013</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para manutenção	21.620	6.175	27.795
Ajuste a valor presente (AVP)	(8.460)	(1.975)	(10.435)
Saldo	13.160	4.200	17.360

	<u>Trimestre findo em 31 de março de 2012</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para manutenção	8.917	3.022	11.939
Ajuste a valor presente (AVP)	(4.750)	(1.327)	(6.077)
Saldo	4.167	1.695	5.862

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de março de 2013 e 31 dezembro de 2012, a taxa utilizada foi de 8,25% ao ano.

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2017	8.471	6.771
2018	2.740	942
2019	3.473	3.129
2020	1.028	908
2021	1.648	1.410
	17.360	13.160

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social está representado por 22.357.847.595 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Atlantia Bertin Participações S.A.	50,00%	11.178.923.797	-	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	11.178.923.798	-	11.178.923.798
		22.357.847.595	-	22.357.847.595

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital autorizado da Companhia era de R\$279.000.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia assegura a seus acionistas o pagamento de dividendos em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% para constituição de reserva legal. Contudo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório não será pago no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Os dividendos assim retidos serão pagos quando a situação financeira permitir.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Distribuição de lucros--Continuação

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

As notas promissórias comerciais emitidas pela Companhia (vide nota explicativa nº 9) contêm restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a parte eficaz do *hedge* de fluxo de caixa até a data do balanço, líquido de impostos, mencionada na nota explicativa nº 18.

13. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio	43.398	39.999
Receita de serviços de construção	30.428	29.025
Receitas acessórias	683	77
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(3.820)</u>	<u>(3.445)</u>
	<u>70.689</u>	<u>65.656</u>

As receitas de serviços de construção são calculadas com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Companhia, esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo adotado de contratação das obras. Consequentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

13. Receita operacional líquida--Continuação

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

14. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Com pessoal (Nota 16)	(4.657)	(4.971)
Serviços de terceiros	(3.645)	(1.430)
Depreciação e amortização	(4.264)	(3.622)
Ônus variável da concessão	(1.321)	(1.201)
Manutenção e conservação	(6.612)	(5.702)
Custo dos serviços de construção	(30.428)	(29.025)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(4.200)	(1.695)
Seguros e garantias	(2.022)	(506)
Outros	(583)	(811)
	<u>(57.732)</u>	<u>(48.963)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(51.302)	(45.605)
Despesas gerais e administrativas	(6.430)	(3.358)
	<u>(57.732)</u>	<u>(48.963)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	(16.035)	(19.676)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(722)	(989)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(209)	(710)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(13)	(144)
Outras	(124)	(192)
	<u>(17.103)</u>	<u>(21.711)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	514	665
Ganho realizado em operação com derivativo (Nota 18)	3.018	-
Outras	235	3
	<u>3.767</u>	<u>668</u>
Resultado financeiro	<u>(13.336)</u>	<u>(21.043)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

16. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Salários e encargos sociais	3.524	3.694
Benefícios previstos em lei	342	393
Benefícios adicionais	493	337
Plano de participação nos resultados	298	547
	<u>4.657</u>	<u>4.971</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

17. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

17. Resultado por ação--Continuação

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Numerador:		
Prejuízo do trimestre	<u>(335)</u>	<u>(3.039)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>22.357.847.595</u>	<u>22.357.847.595</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,000015)	(0,000136)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

18. Atividade de hedge e derivativo

Em 06 de junho de 2012, para mitigar o risco de taxa de juros sobre as notas promissórias, remuneradas pela variação do CDI e *spread* de 3,7% ao ano, a Companhia contratou, junto ao Banco BTG Pactual S.A., um *swap* de taxa de juros, no qual a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores das taxas de juros variável (CDI e *spread* de 3,7%) e fixa de 8,35% (acrescida da variação do IPCA) calculados com base no valor nominal de R\$600.000. Esse *swap* pretende dar cobertura (*hedge*) às notas promissórias a pagar, dessa forma, depois de considerar o efeito do *swap* de taxa de juros, as notas promissórias, que representam 94% do total do passivo exposto ao CDI, estão sujeitas a taxa fixa de juros.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

18. Atividade de hedge e derivativo--Continuação

A marcação a mercado (valor justo) do instrumento financeiro derivativo foi calculada pela curva futura de mercado publicada pela BM&FBOVESPA, trazida a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para o prazo negociado. Segue abaixo o valor justo do *swap* em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ponta ativa – CDI + 3,7%	615.839	621.431
Ponta passiva – IPCA + 8,35%	(646.090)	(644.885)
Perda não realizada	<u>(30.251)</u>	<u>(23.454)</u>

Em 01 de outubro de 2012, a Companhia decidiu por aplicar a contabilidade de *hedge* para o referido contrato, o qual foi designado formalmente como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia classificou formalmente e documentou a relação de *hedge* à qual a Companhia desejou aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. Adicionalmente, foi avaliada a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças nos fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Os testes demonstraram que esse *hedge* é altamente eficaz para compensar mudanças nos fluxos de caixa. Em 31 de março de 2013, a efetividade foi de 90% (96% em 31 de dezembro de 2012). Conseqüentemente, por ser designado como um *hedge* de fluxo de caixa, a parte eficaz da perda do instrumento de *hedge* foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

O efeito do ajuste a valor justo da operação no trimestre findo em 31 de março de 2013 foi como segue:

Valor justo do derivativo em 31 de março de 2013	(30.251)
Valor justo do derivativo em 31 de dezembro de 2012	<u>(23.454)</u>
Efeito no patrimônio líquido	<u><u>(6.797)</u></u>

Adicionalmente, em 13 de fevereiro de 2013, foi efetuada a segunda troca de fluxo de caixa conjuntamente com o pagamento dos juros sobre as notas promissórias. Nessa data, a Companhia apurou um ganho relativo ao contrato de derivativo, que foi recebido em espécie, no montante de R\$3.018 e contabilizada na rubrica receitas financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às notas promissórias e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de março de 2013, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (que é afetado substancialmente pelo impacto da variação da taxa média do CDI sobre as aplicações financeiras, notas promissórias, mútuos a pagar a partes relacionadas e instrumento financeiro derivativo).

A administração da Companhia considerou como premissa para o cenário I – Provável, a taxa do CDI de 7,01% ao ano, observada no fechamento de 31 de março de 2013, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da administração seriam estáveis no próximo trimestre. Os demais cenários foram construídos a partir desta taxa.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

• Risco de taxa de juros—Continuação

		Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro	Risco			
Notas promissórias	Aumento do CDI	(19.189)	(22.777)	(26.390)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(2.425)	(2.983)	(3.538)
		Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro	Risco			
Notas promissórias	Aumento do CDI	(19.189)	(22.777)	(26.390)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(2.425)	(2.983)	(3.538)
Instrumento financeiro derivativo	Aumento do CDI	(30.251)	(26.174)	(22.372)
		Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras	Queda do CDI	2.587	1.941	1.295
		Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras	Queda do CDI	2.587	1.941	1.295

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer / auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o valor registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o valor registrado na rubrica caixa e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

Segue abaixo a composição de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Banco Banif	-	7.237
Banco Bradesco	12.857	9.236
Banco do Brasil	231	463
Banco Itaú	3.561	120
BES Investimento do Brasil	10.347	10.204
Banco Caixa Geral	10.345	10.203
Banco BTG Pactual	-	10.265
	37.341	47.728
Fundo fixo de caixa	220	223
Total	37.561	47.951

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação**c. Risco de liquidez--Continuação**

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2013 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>De 04 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Fornecedores e prestadores de serviços	27.845	-	-	27.845
Notas promissórias (Nota 9)	15.197	589.740	-	604.937
Instrumento financeiro derivativo (Nota 18)	4.452	25.799	-	30.251
Credor pela concessão	456	-	-	456
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	42.337	42.337
Total	47.950	615.539	42.337	705.826

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia está em processo de obtenção de recursos financeiros de longo prazo, através da emissão de debêntures. A Companhia espera que esse processo seja finalizado até agosto de 2013.

d. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida as notas promissórias, mútuos a pagar a partes relacionadas, instrumento financeiro derivativo, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Notas promissórias	604.937	603.605
Instrumento financeiro derivativo	30.251	23.454
Mútuos a pagar a partes relacionadas	42.337	41.615
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(37.561)	(47.951)
Dívida líquida	639.964	620.723
Patrimônio líquido	183.361	188.182
Patrimônio líquido e dívida líquida	823.325	808.905

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	31/03/2013	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	37.561	37.561
Contas a receber (Nota 5)	14.310	14.310
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	27.845	27.845
Notas promissórias (Nota 9)	604.937	615.839
Instrumento financeiro derivativo	30.251	30.251
Credor pela concessão	456	456
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	42.337	42.337
	31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	47.951	47.951
Contas a receber (Nota 5)	17.834	17.834
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	20.241	20.241
Notas promissórias (Nota 9)	603.605	621.431
Instrumento financeiro derivativo	23.454	23.454
Credor pela concessão	578	578
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	41.615	41.615

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e prestadores de serviços e credor pela concessão se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo das notas promissórias é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

- O valor justo dos mútuos a pagar a partes relacionadas se aproxima de seu respectivo valor contábil, uma vez que são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 0,5% ao mês e não possuem data de vencimento.
- O valor justo do instrumento financeiro derivativo é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. A técnica de avaliação aplicada inclui modelo de precificação de *swaps*, com cálculo a valor presente. O modelo incorpora diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativo avaliado a valor justo

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui ativos avaliados a valor justo.

Passivo avaliado a valor justo

	31/03/2013			
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumento financeiro derivativo	30.251	-	30.251	-
	31/12/2012			
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumento financeiro derivativo	23.454	-	23.454	-

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de Reais)

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.295.043
	Responsabilidade civil	24.780
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	86.764
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	134.887

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	800	-

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Salto - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Sem modificar nosso relatório, alertamos para o fato de que em 31 de março de 2013, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no período de três meses findo naquela data. Conforme comentado na nota explicativa nº 1 às Informações Trimestrais - ITR, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além dos outros ativos não circulantes, incluindo, mas não limitado a, saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, depende do êxito do projeto e da consequente geração de resultados positivos futuros.

Em 19 de abril de 2013, emitimos originalmente relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, essas informações trimestrais foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir alterações efetuadas em algumas notas explicativas em atendimento ao Ofício/CVM/SER/SEP/No39/2013. Conseqüentemente, nossa conclusão considera essas alterações e substitui a conclusão anteriormente emitida. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 07 de junho de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/O-6

B. Alfredo Baddini Blanc

Contador CRC 1SP126402/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 + 600 mts Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013

Salto, 07 de junho de 2013.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 + 600 mts Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com conclusão expressa no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às Informações Trimestrais da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

Salto, 07 de junho de 2013.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	cumprimento de exigências da CVM